

## Observatório Nacional do Mercado de Trabalho: mais interação e mais debate

Gustavo Gonzaga\* e Danielle Carusi Machado\*\*

Ao longo das duas últimas décadas, o processo de geração e difusão de estatísticas sobre o mercado de trabalho brasileiro cresceu de forma significativa. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por exemplo, vem disponibilizando, desde 1996, CD-ROMs, que permitem aos usuários gerar tabulações das bases de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).<sup>1</sup> O IBGE, por sua vez, tem ampliado substancialmente o leque de pesquisas ao alcance do público, vendendo CD-ROMs com os microdados das suas pesquisas domiciliares principais, como a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e disponibilizando tabulações predefinidas de vários de seus levantamentos, através de folhetos, de sua *homepage* e de CD-ROMs. A internet também tem possibilitado o anúncio rápido de indicadores conjunturais e a disponibilidade de acervos de dados como, por exemplo, os bancos do IPEA (ipeadata), CNI e do Dieese.<sup>2</sup>

A principal consequência desse processo foi o crescimento expressivo do número de estudos sobre mercado de trabalho por parte de institutos de pesquisa, universidades e associações. Em muitos casos, formaram-se grupos autônomos de pesquisadores, com programadores e assistentes de pesquisa especializados na manipulação dos dados originais e na geração de fatos estilizados.

Tais esforços, contudo, contrastam com o pouco investimento e a falta de uniformidade na divulgação dos resultados. Cada instituição segue uma política própria de

disseminação, constituída principalmente pela produção de: *a*) artigos acadêmicos, publicados em revistas nacionais e internacionais; *b*) textos para discussão; *c*) relatórios técnicos encomendados por órgãos do governo; e *d*) artigos apresentados em seminários, promovidos por institutos e associações de pesquisa.<sup>3</sup>

Em muitos casos, tais veículos de divulgação não são eficazes no sentido de atingir um público mais amplo, por diversas razões: *a*) muitas bibliotecas nacionais não assinam algumas revistas especializadas, principalmente as internacionais de segunda e terceira linhas; *b*) há uma defasagem significativa entre a produção dos artigos e a sua publicação nas revistas especializadas; *c*) muitas instituições ainda não disponibilizam os seus textos para discussão pela internet; *d*) os relatórios técnicos, em geral, não são divulgados para o grande público; e *e*) em muitos casos, os seminários não reservam tempo suficiente para a exposição e discussão aprofundada dos trabalhos.

Dessa forma, os frutos dessas pesquisas tendem a não ser amplamente compartilhados, permanecendo, muitas vezes, confinados ao ambiente onde foram gerados. Do lado aca-

\* Professor Associado do Departamento de Economia da PUC-Rio.

\*\* Doutoranda do Departamento de Economia da PUC-Rio.

1. Anteriormente, o acesso aos dados do MTE pelas instituições cadastradas era feito nos terminais do Datamec.

2. Todas as instituições que possuem informações sobre trabalho têm dados disponibilizados nas suas *homepages*.

3. Podemos citar os encontros promovidos pelo IPEA, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec), a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), a Associação Brasileira dos Estudos do Trabalho (Abet), a Sociedade Brasileira de Econometria (SBE), entre outras instituições.

dêmico, há uma perda de eficiência, pois estudos sobre o mesmo tema são realizados simultaneamente por diversos grupos de pesquisas, sem que ocorra uma interação maior entre eles. Por outro lado, há muito a ser feito para a efetiva democratização e utilização desse conhecimento no sentido de reforçar a integração entre a academia, a sociedade e o governo. Como a divulgação dos estudos tem sido feita prioritariamente por veículos acadêmicos, a linguagem usada é, muitas vezes, técnica, não-sistemática e pouco compreensível aos formuladores de políticas e à sociedade em geral.

A criação de um local que congregue estudos, pesquisas e dados, classificados por temas específicos, constitui, portanto, uma clara externalidade positiva: as instituições se beneficiariam muito dessa iniciativa, mas não têm o interesse de investir nela, individualmente.

A proposta em discussão é a de criação de um observatório nacional do trabalho,<sup>4</sup> vinculado ao MTE, que não teria como função principal a produção do conhecimento, mas sobretudo a sua sistematização, difusão e promoção. Constituir-se-ia, também, em um *locus* de discussão, capaz de promover seminários e fóruns sobre assuntos que estivessem na ordem do dia, direcionados às demandas da sociedade e dos órgãos públicos, principalmente aqueles que lidam com políticas de trabalho e renda.

O observatório poderia também ter um papel-chave na efetiva democratização do uso de dados sobre mercado de trabalho, incentivando a interação entre os usuários e os produtores de estatísticas, através da formulação de cartilhas, disponibilização de algoritmos para baixar os dados e expandir amostras, organização de seminários metodológicos etc.<sup>5</sup> Do nosso ponto de vista, essa proposta gera a externalidade mencionada antes, proporcionando maior eficiência no fluxo de informações.

Em suma, a criação do observatório no âmbito do MTE tem vantagens, tais como: tornar o acesso aos dados mais democrático; identificar melhor as demandas de estudos para o acompanhamento e a execução de

políticas relacionadas ao mercado de trabalho; e promover mais debates entre as instituições acadêmicas e uma interação maior entre os técnicos do MTE e a academia. Destaca-se, no entanto, que é fundamental que esse órgão tenha uma estrutura enxuta que lhe conceda a agilidade necessária para a realização de suas atribuições.

4. Vale destacar que atualmente existem algumas experiências públicas e privadas nesse sentido, como o Observatório Europeu de Emprego, o Observatório do Futuro do Trabalho (Governo de São Paulo), o Observatório do Mercosul, o Observatório Social de Favelas do Rio de Janeiro (OSF) do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), dentre outros, que podem contribuir para a formação de um observatório nacional.

5. Nos Estados Unidos, é comum que o usuário tenha acesso a matrizes de correção de dados e a filtros que permitem a compatibilização de mudanças no desenho amostral de pesquisas.